

O ACIRRAMENTO DA REGULAÇÃO GERENCIAL NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E AS REPERCUSSÕES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Sabrina Bucci Rosa

Universidade Federal de Uberlândia

sabrinabrosa15@gmail.com

Maria Simone Ferraz Pereira

Universidade Federal de Uberlândia

msimonefp@gmail.com

INTRODUÇÃO

As reformas educacionais têm apresentado à sociedade brasileira, duas grandes referências de gestão que coexistem contraditoriamente no interior das escolas: a gestão gerencial, que fundamentada nos ideários neoliberais, induz modelos de gestão empresarial e que se utilizam dos resultados de avaliações externas realizadas pelos alunos e estimulam a responsabilização, a eficiência, a eficácia e a produtividade, e, a gestão democrática, prevista na Constituição Federal (CF) e Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que estabelece a participação dos gestores, equipe escolar, pais, alunos e demais membros da comunidade nas decisões da escola em relação aos seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros (Lima, 2020).

Ainda que a inserção do princípio de gestão democrática nos documentos legais represente conquista para a educação no país, pois orienta a formulação de novas leis e práticas, nem sempre implica de fato sua execução, pois concorre com políticas e programas de gestão que introduzem a lógica do mercado no interior das escolas, com o aumento da participação de empresas privadas na educação, a ênfase na avaliação externa e o foco na produtividade, eficácia e eficiência, conforme lógica do capitalismo.

No estado de São Paulo, a gestão da educação pública é marcada por uma tradição de imposições autoritárias de reformas, projetos e programas que são implementados sem discussão com a rede pelo Partido da Social-Democracia-Brasileiro (PSDB) há quase três décadas, consoante às demandas do mercado e pautados na lógica

gerencial. A partir de 2023, com a posse do candidato Tarcísio de Freitas, do Republicanos, rompe-se com uma sequência de 28 anos do PSDB na administração do governo do estado de São Paulo e mudanças têm sido instauradas na rede.

E é nesse cenário que se situa a presente reflexão, recorte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, busca analisar se/como as estratégias gerenciais têm contribuído para o desmonte da gestão democrática nas escolas da rede pública estadual paulista. Por meio de abordagem qualitativa, será realizada pesquisa bibliográfica e documental e aplicação de questionário e entrevistas.

DESENVOLVIMENTO

Em consonância com o ideário neoliberal, que, dentre uma série de regularidades, estabelece mecanismos de controle e avaliação dos serviços educacionais e a necessidade de articular a produção educacional a partir das demandas do mercado de trabalho, o governo do estado de São Paulo tem implementado uma série de propostas e programas, os quais, embora estejam articulados à gestão democrática, pressupõem uma concepção de gestão ancorada em uma lógica gerencial e autoritária, que acarreta implicações para a gestão democrática no interior das escolas.

Exemplo é Programa Gestão em Foco, implementado na rede a partir de 2016, que objetiva a melhoria contínua da qualidade da aprendizagem dos alunos e que introduziu o Método de Melhoria de Resultados (MMR), método de gestão de resultados que propõe apoiar e orientar a gestão nas Diretorias e escolas da rede com a participação da comunidade escolar e auxiliar as escolas a avançar os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), um indicador de qualidade da educação básica paulista que se utiliza dos resultados dos alunos nas avaliações do Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e indicadores de fluxo para estabelecer metas específicas a serem alcançadas pelas escolas e suas equipes (São Paulo, 2008).

O MMR foi criado pela Falconi Educação, uma empresa de consultoria em gestão do país, que atua em diferentes áreas, inclusive na educação, difundindo modelos gerenciais com foco em resultados fundamentados da gestão da Qualidade Total, utilizada pelas empresas privadas. Portanto, por meio do MMR introduziu-se nas

escolas, técnicas, terminologias e metodologias oriundos das empresas privadas que passaram a orientar a gestão das escolas com foco no alcance de metas estipuladas do Idesp, reduzindo todo o trabalho a ser realizado na escola ao alcance de metas.

Embora o método defenda uma gestão democrática, esta não ultrapassa a intencionalidade, pois não foi identificada nos documentos de implementação, a participação dos órgãos colegiados na implementação do método nas escolas e nem evidenciado a efetiva participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão da escola ou a participação dos cidadãos no processo de elaboração e implantação do Programa na rede. Neste contexto, o conceito de gestão democrática vai se perdendo em várias possibilidades de um suposto trabalho coletivo e da participação da comunidade em reuniões e tudo é considerado gestão democrática, embora baseie-se em “argumentos gerencialistas da qualidade, eficiência e bom desempenho” (Hypolito, 2011, p. 73).

A partir de 2023, com a posse de Tarcísio de Freitas, o MMR deixa de ser utilizado como ferramenta para orientar as ações no interior das escolas. No entanto, o Plano de Ação, instrumento que a rede tradicionalmente utilizava no MMR e nas escolas do Programa de Ensino Integral e que “estabelece as prioridades, metas, indicadores de aferição de resultados, responsáveis, prazos e estratégias para que as escolas alcancem o ensino de qualidade” (São Paulo, 2011, p. 39) continua vigente. Dessa forma, apesar da não continuidade com o Programa Gestão em Foco e MMR, é possível identificar na política educacional as mesmas características e estratégias gerenciais nas ações e programas da rede.

Por conseguinte, tem-se consubstanciado na rede pública estadual paulista, uma gestão da educação pautada no modelo gerencial, que apesar de aderir a alguns elementos da gestão democrática, o fazem com o objetivo de modernizar a gestão, baseada em fundamentos mercadológicos e empresariais (Oliveira, 2017), cujo parâmetro são os resultados de avaliações externas, intensificando a regulação do Estado na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da aparente “descontinuidade” de políticas com a mudança de governo no estado de São Paulo, é possível identificar o acirramento de uma concepção de gestão de educação de cunho gerencial pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pois tais mudanças não implicaram alterações na forma de se gerir a educação no estado paulista, uma vez que os mecanismos de regulação utilizados ainda permanecem e de forma ainda mais intensa: ênfase na avaliação e ranqueamento dos resultados, centralidade do currículo, privatização, utilização de ferramentas e plataformas digitais para controlar o trabalho realizado na escola, ausência de efetiva participação da comunidade escolar nos processos decisórios da escola, entre outros.

Pesquisas que busquem investigar a forma como tem sido conduzida a gestão da educação no estado de São Paulo, bem como as políticas que têm sido implementadas e as repercussões para a gestão democrática, são fundamentais, uma vez que analisar as políticas educacionais implementadas na rede possibilita refletir sobre o direito da sociedade e dever do Poder Público na construção de instituições mais democráticas, no contexto de movimentos neoconservadores e do desmonte de políticas públicas educacionais comprometidas com a gestão democrática da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

HYPÓLITO, Á. M. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 63-78, 2011.

LIMA, C. C. Gestão democrática ou gerencial: qual é o papel dos gestores escolares? **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 168-175, 2020.

OLIVEIRA, D. J. **Gestão Escolar: da perspectiva dos professores de ciências a uma proposta formativa**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Jataí, 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Diretrizes do Programa Ensino Integral**. São Paulo: Secretária da Educação, 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE – 74, de 6-11-2008**. Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE. São Paulo: Secretária da Educação, 2008.